

OS BEBÊS NA PESQUISA CIENTÍFICA: TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Elaine Tayse de Sousa
Kátia Patrício Benevides Campos

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

elainetayse@hotmail.com

Resumo

O presente texto situa reflexões acerca da necessidade de pesquisas com crianças pequenas e muito pequenas no contexto educacional, tendo em vista dar visibilidade a esses sujeitos. Além disso, trazer alguns elementos da infância em suas dimensões histórica e política, uma vez se faz necessário compreender a criança e suas especificidades, como sujeito de pesquisa no campo da Educação considerando que as mesmas estão expostas as mesmas forças sociais que a vida adulta. Nessa perspectiva, as concepções pautadas na Sociologia da Infância, bem como a compreensão da criança como foco de pesquisas e como elas contribuem para a reconfiguração das práticas pedagógicas serão os aspectos centrais de nossa discussão. É possível atentar que práticas, quando pensadas por e para elas, e a partir de suas especificidades e necessidades, determinam a qualidade da ação educativa, em vez de pensadas somente pelos adultos, que muitas vezes, ou na maioria delas, conduzem os momentos direcionando para suas possibilidades em detrimento dos interesses e interessados em vivenciar situações significativas de aprendizagem: a criança. Sendo assim, a escuta das crianças nos diversos contextos em que ela se insere é possível quando o professor/pesquisador ou adulto encontra-se disponível para ouvi-las e fazer delas visíveis socialmente. Pensar sobre a criança no âmbito da pesquisa científica e das práticas cotidianas nos contextos coletivos é urgente e necessário.

Palavras-chave: pesquisa, infância, bebês, prática pedagógica.

Partindo da premissa que os estudos referentes à infância e a criança são emergentes (BARBOSA, 2014) no campo da Educação e da Sociologia. Entretanto, no que tange a crianças muito pequenas, isto ainda é relutante, tendo em vista em nossa perspectiva, o fato dos bebês, de zero a um ano de idade, utilizarem de outras linguagens para comunicar-se que não a fala verbalizada e convencional é motivo de recusas frequentes de pesquisas direcionadas para e com eles. Uma vez que, na perspectiva do adulto/pesquisador, não darão o retorno ou os dados desejado para os pesquisadores tendo em vista a complexidade e especificidade de se pesquisar com esse grupo de crianças.

De acordo com Campos (2008) “criança faz parte da pesquisa científica há muito tempo, principalmente na condição de objeto a ser observado, medido, descrito, analisado e interpretado”. Entretanto, na Educação é observada e analisada apenas na condição de aluno, o que nega seus outros contextos e experiências de vida.

Diante da Modernidade muitas mudanças sociais, econômicas, políticas ocorreram e essas mudanças afetaram e afetam diretamente nas formas de se pensar e agir socialmente, e

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

as crianças não estão descolados dessa realidade. Pois, a partir da complexidade da experiência diária do homem, maior a indispensabilidade de incorporar novas formas de investigação que considerem a realidade e variedade de práticas e comportamentos sociais que incrementam a cultura e redefinem o lugar social dos sujeitos na contemporaneidade a partir das malhas de relações sociais, ideológicas e psíquicas. (Souza e Castro, 2008). Sobretudo, porque participam tanto quanto os adultos dessa mudança, na medida em que a escola infantil passa a ser vista apenas como espaço para seu desenvolvimento escolar e com um agravante, voltadas para habilidades de ler, escrever e contar, em detrimento de outras dimensões humanas, como afetivas, psicológicas, sociais e culturais. Não estamos afirmando que a dimensão cognitiva não é importante, ela também o é. Mas fundamentar propostas que se propõem a focar somente nestes aspectos esvaziam o sentido ato de pesquisar, bem como a função social da escola.

Concordamos com Souza e Castro (2008) quando consideram a criança como sujeitos de saberes, que precisam e devem ser reconhecidas e legitimadas, não apenas como objeto a ser conhecido, muito mais é necessário pesquisar junto á criança e não apenas sobre, correndo o risco de mais uma vez incorporar as perspectivas adultocentricas. O grande desafio é de pesquisar *com* elas e nos aproximar de sua lógica, ações e reações, as pesquisas necessitam ser realizadas a fim de compreender além do que fazem, porque fazem e como realizam suas experiências cotidianas, é refletir sobre suas experiências humanas, suas trocas e diálogos com seus pares. A pesquisa científica precisa compreender essa necessidade de pensar em pesquisas que se estruturam na direção do sujeito-criança-bebê, suas infâncias, significações e ampliar hipóteses, levantar questionamentos com eles. Tendo em vista que por muito tempo as pesquisas eram direcionadas para as padronizações e homogeneização de comportamentos.

É recorrente a concepção futurista da criança pelos vários segmentos que está inserida : a família, a escola e o sistema que estamos imersos impõem esta condição para elas. Partimos da ideia que a criança é um sujeito histórico e de direitos (BRASIL, 2009) e que possui características próprias, interesses e predileções diferentes das dos adultos, revelam interesses e necessidades manifestadas pelas suas ações, no aqui, no agora em situações presentes, e assim resignificam a realidade, fundadas em sua lógica e produzem cultura, a depender de como participam do e com o mundo, elemento fundamental no processo de simbolização. Concordamos com Barbosa (2014) quando afirma que,

“[...] as crianças fundam suas culturas a partir dos modos como participam dos mundos naturais e simbólicos com os quais interage. Assim, a vida cotidiana das crianças e a diversidade dos mundos sociais em que elas vivem é um aspecto central para compreender as possibilidades das culturas da infância” (p.651).

Desse modo, as crianças mesmo muito pequenas, não são apenas determinadas pela cultura do adulto, mas são agentes produtores que interagem, atribuem, elaboram e compreendem e resignificam os códigos sociais existentes nas relações que mantêm com os pares, sejam adultos ou outras crianças. Para esta compreensão Corsaro (2011) conceitua como cultura de pares infantis, sendo essa um “conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com os demais”. A partir dessa abordagem, o autor presume que o foco na infância se configura como uma construção que se dá socialmente e que é resultado coletivo com as crianças, substituindo o mero recebimento/imitação de códigos e comportamentos por interpretações subjetivas a partir da sua participação na estrutura social.

Ainda de acordo com Corsaro (2011), o autor destaca alguns aspectos materiais das culturas infantis que são produzidos pelo mercado com vistas a demanda infantil, livros, roupas, calçados, ferramentas artísticas e de alfabetização como lápis de cor, canetas, papel, tintas, sobretudo, os brinquedos. Estes elementos materializam o imaginário das crianças e foram integram-se as brincadeiras destas e atribuem significados, desse modo foram produzidas a partir da observação e escuta das ações das mesmas Sendo assim, “ a medida em que as crianças desenvolvem-se como indivíduos, elas se apropriam coletiva e criativamente, usam e introduzem aos brinquedos significados, tanto na família quanto em suas culturas de pares”(p.145)). O autor destaca a ideia de reprodução interpretativa, pois as crianças apreendem os símbolos enquanto participam da sociedade e recriam novas demandas para si, e essas ações fomentam as produções de novas culturas de pares infantis, configurando-se em mudanças na coletividade adulta, questionadas quando reinventadas por elas.

Nesse direcionamento Horn & Foch (2012) trazem o encontro dos pares, os adultos, os espaços, materiais e objetos como fator necessário para que haja a diversidade de experiências na primeira infância, e por conseguinte, a construção de narrativas, diálogos, trocas e interações *que por sua vez são fatores fundamentais para sua constituição humana*, pois ser humano é uma condição cultural e social, e as crianças, muito inteligentemente, reconstroem essas condições por meio das brincadeiras. Pensando na condição de humanizar-

se, frente às forças sociais e as relações de poder que as tornam desiguais perante os adultos, desde a idade a questões de gênero, o que destacamos aqui, é a recorrente necessidade de dar voz a estas, nas nossas pesquisas em termos além de conceituais, práticos nos espaços educacionais / pedagógicos para que suas necessidades sejam interpretadas e atendidas, não na condição de aluno, mas na sua plenitude de ser criança.

No tocante as práticas pedagógicas realizadas em instituições de Educação Infantil Richter & Barbosa (2010) compreendem que as crianças questionam os modelos curriculares adultocêntricos, a partir de suas ações cotidianas no espaço da creche, e preconiza essas ações por meio da sua linguagem multifacetada, sobretudo dos bebês, que por ainda não possuírem a linguagem verbal, “falam” e interrogam por meio dos gestos, olhares, toques, choros, balbucios, movimentos, ou seja, das múltiplas linguagens. As autoras afirmam que,

“Os bebês, porque não podem ainda deslocar-se com autonomia, não falam a “nossa língua”, não permanecem imóveis e quietos para ouvirem lições, interrogam a escola e o currículo exigindo a abertura a outras possibilidades de planejar, organizar e avaliar o cotidiano da creche”. (p.90)

Portanto, ações de planejamento, organização e avaliação na creche perpassam majoritariamente, pela concepção de criança, infância e educação infantil atribuída pelo professor. Conceber a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, como momento de experimentação, sensações, curiosidade, indagação, exploração pela criança e de tudo que lhe cerca, como espaço para a construção das primeiras aprendizagens é também perceber a criança como sujeito ativo, lúdico, inventivo e a infância, como o tempo necessário para essa compreensão de ser e estar no mundo, através das interações e das brincadeiras, trazidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) como eixos norteadores das práticas pedagógicas da educação Infantil.

A partir de Campos (2008), observamos que a presença das crianças nas pesquisas não é um dado recente, sobretudo na “*condição de objeto a ser observado, medido, descrito, analisado e interpretado*” (p.35). Se no campo educacional, como indivíduo pesquisado para adequar-se ao modelo escolar. Se na área da saúde, estão a serviço de comparações, padronizações e normatizações de comportamentos. No cenário econômico, como possíveis consumidores. Mas, e no campo da Educação? Na condição de criança, de sujeito de infância?. As crianças pequenas e muito pequenas, também precisam ser visibilizadas e foco de pesquisas para que haja fôssos para fundamentar as ações pedagógicas, a compreensão e

construção de uma sociedade sensível e escuta atenta a estes sujeitos. Além de pesquisas, na própria agenda política, mas acreditamos isso é possível quando há pesquisa e divulgação nos diversos segmentos sociais, inclusive nos contextos coletivos de educação infantil.

Acreditamos que as crianças, independente de sua idade cronológica são atores sociais, sujeitos de pesquisa, que tem voz, direitos e precisam de escuta sensível as suas expressões e necessidades para que novas concepções do sujeito-criança sejam estruturadas e outras sejam repensadas, também, no que concerne as práticas desenvolvidas na escola. Que ora pelas por serem muito pequenas são motivos apenas de cuidados, higienização e alimentação. Ou, quando se apropriam da linguagem verbal, motivos de antecipação e escolarização precoce com vistas à preparação para o ensino fundamental.

As crianças mesmo muito pequenas negociam ou resistem ao mundo do adulto, a partir de suas ações e demonstrações cotidianas e por mais esse motivo se faz necessário, reconhecer a emergência de pesquisas com as crianças e suas significações, e assim, nos aproximarmos de seu universo, suas manifestações, de sua cultura e promover uma infância justa, feliz e humana.

Precisamos subverter a invisibilidade social e científica dada a elas ao longo da história, marcada no século XVII, quando se começou a perceber sua especificidade e a socialização do sentimento de infância, mas ainda assim, foram concebendo definições de negação de direitos, como ausências das características da fase adulta e como negação de fala e de razão. Concordamos com Sarmiento (2007) quando destaca que,

“A infância não é a idade da não fala: todas as crianças desde bebês, tem múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais), porque se expressam.[...] A infância é simultaneamente , uma categoria social, do tipo geracional e um grupo social de sujeitos activos que interpretam e agem no mundo” (p.37).

Os bebês possuem estas linguagens, isto é, é inerente ao homem possuir determinadas aptidões que são constituídas ao longo de sua trajetória de interação, imersão e significação nos contextos ao qual se insere. E para tanto inseri-los nas pesquisas se faz urgente, pois se concebermos como sujeitos de direitos, é direito destas uma educação que é inclusiva em vários aspectos que respeite suas infâncias, vivencias e peculiaridades.



III CINTEDI

Apartir do exposto se faz necessário pensar, a criança como sujeito de investigação na pesquisa científica, para assim fundar e propor uma combinação e socialização entre o que produzido na academia e compartilhar estas conceitualizações nos espaços coletivos de educação infantil, para uma possível reconstrução de uma educação pública, de qualidade e que atenda as demandas infantis. Afinal, para que pesquisamos e para quem realizamos nossas pesquisas?

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M. C. S. Culturas infantis: contribuições e reflexões. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 43, p. 645-667, set./dez. 2014. Disponível em: www.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd99=pdf&dd1=14717.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BEBER, Irene Carrilho Romero. As experiências do corpo em movimento das crianças pequenas : reflexões para a pedagogia da infância. 2014. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/94748>>. Acesso em 08.Agos.2018.

CAMPOS, M.M. Porque é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.) A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2008.

CORSARO, W. A. A estrutura da infância e as reproduções interpretativas de crianças. In:_____ Sociologia da infância. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.p. 41-56.

HORN, M. G.; FOCHI, P.S. A organização do trabalho pedagógico na educação infantil. VI simpósio do curso de formação de docentes – normal em nível médio. Foz do Iguaçu, 2012. p.1-24 Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/otp_educacao_infantil.pdf.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D.A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas, São Paulo. EPU. 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

RICHTER, S. R. S.; BARBOSA M. C. S. Os bebês interrogam o currículo: as múltiplas linguagens na creche. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 85-96, jan./abr. 2010 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reeducacao>.

SARMENTO, M.J. Visibilidade social e estudo da infância. In: ____; VASCONCELOS, V.M.R. de. (Org.). Infância (In) visível. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007. p. 25-49.

SOUZA, S.J. & CASTRO, L.C.: Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo. In: Cruz, S.H. A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo, Cortez, 2008. P.52-76.